

# Declaração da Kari-Oca 2 da Conferência Mundial dos Povos Indígenas sobre Rio+20 e a Mãe Terra, Rio de Janeiro, 8 de junho de 2012\*

184

---

Nós, os povos indígenas da Mãe Terra, reunidos na sede da Kari-Oca I, sagrado Kari-Oca Púku, no Rio de Janeiro, para participar da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável Rio+20,<sup>1</sup> agradecemos aos povos indígenas do Brasil por nos darem as boas-vindas em seus territórios.

Reafirmamos nossa responsabilidade para falar sobre a proteção e o bem-estar da Mãe Terra, da natureza e das futuras gerações de nossos Povos Indígenas e toda a humanidade e a vida.

Reconhecemos o significado desta segunda convocatória dos povos indígenas do mundo e reafirmamos a reunião histórica de 1992 da Kari-Oca I, em que os povos indígenas emitiram a Declaração da Kari-Oca e a Carta da Terra dos povos indígenas.

A conferência da Kari-Oca e a mobilização dos povos indígenas durante a Reunião da Terra marcaram um grande avanço do movimento internacional para os direitos dos povos indígenas e o papel importante que desempenhamos na conservação e no desenvolvimento sustentável.

Reafirmamos também a Declaração de Manaus sobre a convocatória da Kari-Oca 2 como o Encontro Internacional dos Povos Indígenas na Rio+20.

---

\* Disponível em: PDF – <<http://riomais20sc.ufsc.br/files/2012/09/Declaracao-Kari-Oca.pdf>>; em HTML – <<http://frentedeacaopro-xingu.blogspot.com.br/2012/06/carta-dos-povos-indigenas-entregue-onu.html>>; em inglês (in English) e espanhol (en Español): <<http://www.redd-monitor.org/2012/06/20/kari-oca-ii-declaration-indigenous-peoples-at-rio-20-reject-the-green-economy-and-redd/>>.

<sup>1</sup> A Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável ficou popularmente conhecida como Rio+20.

## **A institucionalização do colonialismo**

- 1 Consideramos que os objetivos da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (CNUDS ou Rio+20), a “Economia Verde” e seu argumento de que o mundo somente pode “salvar” a natureza com a mercantilização de suas capacidades de dar vida e garantir a vida como uma continuação do colonialismo que os Povos Indígenas e nossa Mãe Terra têm resistido durante 520 anos.
- 2 A “Economia Verde” promete erradicar a pobreza, mas na realidade somente vai favorecer e responder às empresas multinacionais e ao capitalismo. Trata-se da continuação de uma economia global baseada nos combustíveis fósseis, na destruição do meio ambiente mediante a exploração da natureza através das indústrias extrativistas, tais como a mineração, a extração e produção petrolífera, a agricultura intensiva de monoculturas e outros investimentos capitalistas. Todos esses esforços estão encaminhados às ganâncias e à acumulação de capital por uns poucos.

Desde a Rio 1992, nós como povos indígenas vemos que o colonialismo está sendo transformado na base da globalização do comércio e da hegemonia econômica capitalista mundial. Vem se intensificando a exploração e o roubo dos ecossistemas e biodiversidade do mundo, assim como a violação aos direitos inerentes dos povos indígenas. Nosso direito à livre determinação, à nossa própria governança e ao nosso desenvolvimento livremente determinado, nossos direitos inerentes às nossas terras, territórios e recursos estão sendo cada vez mais atacados por uma colaboração de governos e empresas transnacionais.

Ativistas e líderes indígenas que defendem seus territórios seguem sofrendo repressão, militarização, incluindo assassinatos, prisões, humilhações e classificação como “terroristas”. A violação de nossos direitos coletivos enfrenta a mesma impunidade.

O deslocamento forçado ou assimilação ameaça nossas futuras gerações, culturas, idiomas, espiritualidade e relação com a Mãe Terra econômica e politicamente.

- 3 Nós, povos indígenas de todas as regiões do mundo, temos defendido a Mãe Terra das agressões do desenvolvimento não sustentável e a superexploração de nossos recursos por mineração, madeiras, grandes represas hidroelétricas, exploração e extração petrolífera. Nossas florestas sofrem pela produção de agrocombustíveis, biomassas, plantações e outras imposições, como as falsas soluções à mudança climática e ao desenvolvimento não sustentável e danoso.

A “Economia Verde” é nada menos que o capitalismo da natureza; um esforço perverso das grandes empresas, das indústrias extrativistas e dos governos para converter em dinheiro toda a Criação mediante a

privatização, mercantilização e venda do Sagrado e todas as formas de vida, assim como o céu, incluindo o ar que respiramos, a água que bebemos e todos os genes, plantas, sementes nativas, árvores, animais, peixes, diversidade biológica e cultural, ecossistemas e conhecimentos tradicionais que fazem possível e desfrutável a vida sobre a terra.

- 4 Violações graves aos direitos dos povos indígenas, à soberania alimentar continuam sem parar, dando lugar à insegurança alimentar. Nossa própria produção de alimentos, as plantas que nos rodeiam, os animais que caçamos, nossos campos e as plantações, a água que bebemos e a água dos nossos campos, os peixes que pescamos de nossos rios e riachos estão diminuindo a um ritmo alarmante.

Projetos de desenvolvimento não sustentável, tais como monoculturas, plantações de soja quimicamente intensiva, as indústrias extrativistas como a mineração e outros projetos destrutivos do meio ambiente e as inversões com fins lucrativos estão destruindo nossa biodiversidade, envenenando nossa água, nossos rios, riachos, a terra e sua capacidade para manter a vida. Isto se agrava ainda mais devido às mudanças climáticas e às represas hidrelétricas e outras formas de produção de energia que afetam todo o ecossistema e sua capacidade em promover a vida.

A soberania alimentar é uma expressão fundamental de nossos direitos coletivo à livre determinação e ao desenvolvimento sustentável. A soberania alimentar e o direito à alimentação devem ser reconhecidos e respeitados: alimentação não deve ser mercadoria que se utiliza, comercializa ou especula com fins de lucro. Ela nutre nossas identidades, nossas culturas, idiomas e nossa capacidade para sobreviver como povos indígenas.

- 5 A Mãe Terra é a fonte da vida que devemos proteger, não como um recurso para ser explorado e mercantilizado como “capital natural”. Temos nosso lugar e nossas responsabilidades dentro da ordem sagrada da Criação. Sentimos a alegria sustentadora quando as coisas ocorrem em harmonia com a Terra e com toda a vida que cria e sustenta. Sentimos a dor pela falta de harmonia quando somos testemunhas da desonra da ordem natural da Criação e da colonização econômica e contínua que degrada a Mãe Terra e toda a vida nela.

Até que os direitos dos povos indígenas sejam observados, velados e respeitados, o desenvolvimento sustentável e a erradicação da pobreza não ocorrerão.

## **A solução**

- 6 A relação inseparável entre os seres humanos e a Terra, inerente para os povos indígenas, deve ser respeitada pelo bem das gerações futuras e de

toda a humanidade. Instamos toda a humanidade a se unir conosco para transformar as estruturas sociais, as instituições e as relações de poder que são a base de nossa pobreza, opressão e exploração.

A globalização imperialista explora tudo o que garante a vida e a terra. Necessitamos reorientar totalmente a produção e o consumo na base das necessidades humanas no lugar da acumulação desenfreada de ganância para poucos.

A sociedade deve tomar o controle coletivo dos recursos produtivos para satisfazer as necessidades de desenvolvimento social sustentável e evitar a sobreprodução, o sobreconsumo e a sobre-exploração das pessoas e da natureza que são inevitáveis no atual sistema do monopólio capitalista. Devemos focar nas comunidades sustentáveis com base nos conhecimentos indígenas e no desenvolvimento capitalista.

- 7 Exigimos que as Nações Unidas, os governos e as empresas abandonem as falsas soluções para a mudança climática, tais como as grandes represas hidrelétricas, os organismos geneticamente modificados, incluindo as árvores transgênicas, as plantações, os agrocombustíveis, o “carbono limpo”, a energia nuclear, o gás natural, a transposição das águas dos rios, a nanotecnologia, a biologia sintética, a bioenergia, a biomassa, a *biochar* (biomassa carbonizada), a geoengenharia, os mercados de carbono, o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo e REDD+<sup>2</sup> que colocam em perigo o futuro e a vida tal como a conhecemos.

No lugar de ajudar a reduzir o aquecimento global, eles envenenam e destroem o meio ambiente e deixam que a crise climática aumente exponencialmente, o que pode deixar o planeta praticamente inabitável. Não podemos permitir que as falsas soluções destruam o equilíbrio da Terra, assassinem as estações, desencadeiem o caos do mau tempo, privatizem a vida e ameacem a sobrevivência da humanidade.

A “Economia Verde” é um crime de lesa-humanidade e contra a Terra.

- 8 Para alcançar o desenvolvimento sustentável, os Estados devem reconhecer os sistemas tradicionais de manejo de recursos dos Povos Indígenas que nos sustentam mesmo com o colonialismo. É fundamental garantir a participação ativa dos povos indígenas nos processos de tomada de decisões que os afetam e seu direito ao consentimento livre, prévio e informado. Os Estados também devem proporcionar apoio aos povos indígenas que seja adequado à sua sustentabilidade e prioridades livremente determinadas, sem restrições e diretrizes limitantes.
- 9 Seguiremos lutando contra a construção de represas hidrelétricas e todas as formas de produção de energia que afetem nossas águas, nossos peixes,

---

<sup>2</sup> REED+ refere-se à Redução das Emissões Provenientes de Desmatamento e da Degradação Florestal mais Conservação Florestal, Manejo Florestal Sustentável e Manutenção de Estoques Florestais.

nossa biodiversidade e os ecossistemas que contribuem com a nossa soberania alimentar.

Trabalharemos para preservar nossos territórios contra o veneno das plantações de monoculturas, das indústrias extrativas e outros projetos destrutivos do meio ambiente, e continuaremos nossas formas de vida, preservando nossas culturas e identidades.

Trabalharemos para preservar nossas plantas e as sementes tradicionais, e para manter o equilíbrio entre nossas necessidades e as necessidades de nossa Mãe Terra e sua capacidade de garantir a vida.

Demonstraremos ao mundo que se pode e se deve fazer.

Em todos esses assuntos documentaremos e organizaremos a solidariedade de todos os povos indígenas de todas as partes do mundo, e todas as demais fontes de solidariedade dos não indígenas de boa vontade a se unir à nossa luta pela soberania e segurança alimentar.

Rejeitamos a privatização e o controle corporativo dos recursos, tais como nossas sementes tradicionais e alimentos.

Por último, exigimos dos Estados que defendam nossos direitos ao controle dos sistemas de gestões tradicionais e ofereçam apoio concreto, tais como as tecnologias adequadas para que possamos defender nossa soberania alimentar.

Rejeitamos as falsas promessas do desenvolvimento sustentável e soluções para as mudanças climáticas que somente servem à ordem econômica dominante.

Rejeitamos a REDD, REDD+ e outras soluções baseadas no mercado que têm como enfoque nossas florestas, para continuar violando nossos direitos inerentes à livre determinação e ao direito às nossas terras, territórios, águas e recursos, e o direito da Terra a criar e a manter a vida.

Não existe “mineração sustentável”. Não existe “petróleo ético”.

10 Rejeitamos a aplicação de direitos de propriedade intelectual sobre os recursos genéticos e o conhecimento tradicional dos povos indígenas que resulta na privatização e mercantilização do Sagrado, essencial para nossas vidas e culturas.

Rejeitamos as formas industriais da produção alimentícia que promove o uso de agrotóxicos, sementes e organismos transgênicos.

Portanto, afirmamos nosso direito de ter, controlar, proteger e herdar as sementes nativas, plantas medicinais e os conhecimentos tradicionais provenientes de nossas terras e territórios para o benefício de nossas futuras gerações.

## **Nosso compromisso com o futuro que queremos**

- 11 Pela ausência de uma implementação verdadeira do desenvolvimento sustentável, o mundo está em múltiplas crises ecológicas, econômicas e climáticas, incluindo a perda de biodiversidade, desertificação, o derretimento das geleiras, a escassez de alimentos, água e energia, e uma recessão econômica mundial que se acentua para a instabilidade social e a crise de valores.

Nesse sentido, reconhecemos que temos muito a fazer para que os acordos internacionais respondam adequadamente aos direitos e necessidades dos povos indígenas.

As contribuições atuais potenciais de nossos povos devem ser reconhecidas como um desenvolvimento sustentável verdadeiro para nossas comunidades que permita que cada um de nós alcance o Bem Viver.

- 12 Como povos, reafirmamos nosso direito à livre determinação, a controlar e manejar nossas terras e territórios tradicionais, águas e outros recursos. Nossas terras e territórios são a parte estrutural de nossa existência – somos a Terra, a Terra somos nós.

Temos uma relação espiritual e material com nossas terras e territórios que estão intrinsecamente ligados à nossa sobrevivência e à preservação e desenvolvimento de nossos sistemas de conhecimentos e culturas, à conservação, ao uso sustentável da biodiversidade e ao manejo dos ecossistemas.

Exerceremos o direito de determinar e estabelecer nossas prioridades e estratégias de autodesenvolvimento para o uso de nossas terras, territórios e outros recursos.

Exigimos que o consentimento livre, prévio e informado seja o princípio de aprovação ou desaprovação definitivo e vinculante de qualquer plano, projeto ou atividade que afete nossas terras, territórios e outros recursos. Sem o direito ao consentimento livre, prévio e informado, o modelo colonialista de domínio da Terra e seus recursos seguirão com a mesma impunidade.

- 13 Seguiremos nos unindo como povos indígenas e construindo uma solidariedade e aliança forte entre nós mesmos, comunidades locais e os verdadeiros promotores não indígenas de nossos temas. Essa solidariedade deve avançar em campanha mundial para os direitos dos Povos Indígenas à sua terra, vida e recursos e o alcance de nossa livre determinação e liberdade.

Seguiremos desafiando e resistindo aos modelos colonialistas e capitalistas que promovem a dominação da natureza, o crescimento econômico desenfreado, a extração de recursos sem limite, o consumo e a produção insustentável, e aos acordos não regulamentados e mercados financeiros.

Os seres humanos são uma parte integral do mundo natural e todos os direitos humanos, incluindo os direitos dos povos indígenas, devem ser respeitados e observados pelo desenvolvimento.

14 Convidamos toda a sociedade civil a proteger e promover nossos direitos e cosmovisões, a respeitar a lei da natureza, nossas espiritualidades, culturas e nossos valores de reciprocidade, harmonia com a natureza, solidariedade e coletividade. Valores como o cuidar, o compartilhar, entre outros, são cruciais para se criar um mundo mais justo, equitativo e sustentável. Nesse contexto, fazemos um chamado para inclusão da Cultura como o quarto pilar do desenvolvimento sustentável.

15 O reconhecimento jurídico e a proteção dos direitos dos povos indígenas da terra, dos territórios, dos recursos e dos conhecimentos tradicionais deveriam ser um requisito para o desenvolvimento e planificação de todos os tipos de adaptação e mitigação da mudança climática, de conservação ambiental (incluindo a criação de "áreas protegidas"), de uso sustentável da biodiversidade e de medidas para combater a desertificação. Em todos os casos, deve haver o consentimento livre, prévio e informado.

16 Continuamos dando seguimento aos compromissos assumidos na Reunião da Terra, tal como se reflete nesta declaração política.

Fazemos um chamado à ONU, a começar por sua implementação, de assegurar a participação plena, formal e efetiva dos povos indígenas em todos os processos e atividades da Conferência Rio+20, de acordo com a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas (DNUDPI) e o princípio do consentimento livre, prévio e informado (CLPI).

Seguimos habitando e mantendo os últimos ecossistemas sustentáveis com as mais altas concentrações de biodiversidade do mundo.

Podemos contribuir de uma maneira significativa para o desenvolvimento sustentável, porém acreditamos que se deve promover o marco holístico dos ecossistemas para o desenvolvimento. Isso inclui a integração do enfoque de direitos humanos, do enfoque dos ecossistemas e de enfoques culturalmente sensíveis e baseados em conhecimentos

17 Expressamos nossa solidariedade e apoio para as demandas e aspirações dos povos indígenas no Brasil encontradas no anexo a esta declaração.

Caminhamos para o futuro nos rastros de nossos antepassados.

Aprovado por aclamação, Aldeia da Kari-Oca, Sagrado Kari-Oca Púku,  
Rio de Janeiro, Brasil, 18 de junho de 2012.